

ESTATUÁRIA, PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ENSINO DE HISTÓRIA: O CASO DO MONUMENTO AO BARÃO DO RIO BRANCO NA CIDADE DO RIO GRANDE

FRANCISCO DAS NEVES ALVES*

RESUMO: Análise das inter-relações entre estatuária, patrimônio histórico e ensino de História, através de um estudo de caso do monumento ao Barão do Rio Branco erguido na cidade do Rio Grande, com destaque para a formação de uma memória social em torno da estátua.

PALAVRAS-CHAVE: estatuária, patrimônio histórico, ensino de História, monumento ao Barão do Rio Branco, Rio Grande

ABSTRACT: Analysis of the interrelationships between statues, historical heritage and history teaching, through a case study of the monument to the Baron of Rio Branco raised in Rio Grande, especially the formation of a social memory around the statue.

KEYWORDS: statuary, heritage, history teaching, monument to the Baron of Rio Branco, Rio Grande

O aprendizado das vivências históricas da humanidade pode ir bem além da sala de aula, havendo amplas possibilidades de empreender pesquisas que levem ao aprimoramento do conhecimento histórico através de experiências renovadas, diferenciadas, múltiplas e multifacetadas. Levar o aluno a conhecer sua própria cidade, com especial atenção para os fundamentos de

* Professor da FURG. Doutor em História – PUCRS (1998). Pós-doutorado junto ao ICES/Portugal (2009). Pós-Doutorado junto ao CLEPUL – Universidade de Lisboa (2013).

cunho histórico pode propiciar um novo olhar sobre a História, vislumbrando-a como algo mais vivo e próximo do estudante. Desenvolve-se a partir daí uma ampla gama de possibilidades, com visitas a prédios públicos e privados, praças e ruas, devendo o professor/pesquisador promover junto aos discentes a ideia básica de que aqueles locais visitados se tratam de lugares sociais, nos quais se desencadeou o próprio devir histórico.

Com base em tal estratégia, é possível desenvolver junto ao alunado uma coexistência entre os tempos pretéritos e o presente como grandezas temporais que podem interagir entre si. Além disso, se dá também um contato figurativamente epidérmico do estudante com a História, contribuindo para não deixar tal área do conhecimento como algo amorfo, sem sentido e distante e, pelo contrário, demonstrando que ela promove o conhecimento tanto de um passado mais global/estrutural, quanto de um mais local/particular. Assim, a ciência histórica pode ser melhor compreendida, através da percepção de que ela está também vinculada ao cotidiano de cada indivíduo que compõe uma sociedade.

Um dos locais no qual esse processo de ensino-aprendizagem pode desenvolver-se com ótimos resultados, dentre os vários lugares sociais de uma cidade, é a praça pública. Tal espaço normalmente teve uma função social bem demarcada, constituindo o papel de epicentro de convívio social das populações do passado. Nesse sentido, ainda que as praças tenham perdido parte ou a totalidade de seus significados originais, é possível promover junto aos estudantes a perspectiva pela qual aqueles já foram lugares de relevância no que tange à vida em sociedade. Torna-se então viável trabalhar com os alunos questões como o cotidiano das pessoas que passeavam pela praça, como uma das poucas oportunidades de entretenimento de uma determinada época; o reconhecimento de cada um dos recantos daqueles espaços públicos e seus significados sociais; e a valorização daqueles lugares como representativos da memória coletiva e do patrimônio histórico-cultural.

A partir desta modalidade de ensino pode se estabelecer, além de uma melhor compreensão de fundo histórico, uma valorização

de parte dos alunos para com o seu patrimônio histórico e cultural, contribuindo assim para a sua preservação e o reconhecimento de seu valor. Essa perspectiva advém do fato de que os valores, coisas e símbolos “herdados” das gerações passadas constituem o patrimônio cultural de uma sociedade, ou mesmo, considerando sua amplitude, da própria humanidade como tal. Nessa linha, aqueles elementos que um dia tiveram uma função prática ou instrumental, com o passar do tempo, tornam-se um documento material para conhecer o passado. Tal fenômeno é constatado porque todas as sociedades estabelecem elos de continuidade ou de ruptura cultural em relação ao passado, como no caso dos elementos materiais, como monumentos, edifícios, objetos cotidianos e paisagens¹. Essas práticas podem ser desenvolvidas tanto em locais de grande notoriedade e que ainda ocupam algum espaço na memória social das populações, quanto nos lugares relegados a esquecimentos ou lapsos de memória².

De acordo com tal perspectiva, a memória está intrinsicamente ligada à vida e seus portadores sempre são grupos de pessoas vivas, de modo que ela permanece em evolução, ou seja, fica sujeita à dialética da lembrança e do esquecimento, inadvertida de suas deformações sucessivas e aberta a qualquer tipo de uso e manipulação, podendo ficar latente por longos períodos, para depois despertar subitamente³. Assim, cada recanto de uma cidade pode constituir um espaço histórico, significando por excelência um lugar de memória social⁴. Nesse ambiente urbano, o patrimônio histórico desempenha relevante papel, por sua natural imanência de historicidade, isto é, a cidade histórica conserva, por motivo de sua amplitude e de seu longo passado, uma coleção maior e mais variada de espécimes culturais do que

1 NAPOLITANO, Marcos. Cultura. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Novos temas nas aulas de História*. São Paulo: Contexto, 2009. p. 83-84.

2 OLIVEIRA, Almir Félix Batista. Patrimônio, memória e ensino de História. In: OLIVEIRA, M. M. D.; CAIMELLI, M. R. & OLIVEIRA, A. F. B. (orgs.). *Ensino de História: múltiplos ensinamentos em múltiplos espaços*. Natal: EDIFURN, 2008. p. 98.

3 NORA, Pierre citado por: HOBSBAWM, Eric J. *A era dos impérios (1875-1914)*. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. p. 13.

4 DUARTE, Luiz Fernando Dias. Memória social. In: SILVA, B. (coord.). *Dicionário de Ciências Sociais*. 2ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1987. p. 740-741.

se poderia encontrar em qualquer outra parte⁵.

Em tal contexto urbano, as gerações herdam uma riqueza de recursos culturais que encarna a memória coletiva de comunidades de todo o mundo e proporciona sentido de identidade em períodos de incertezas, de modo que os objetos culturais tornam-se importantes depositários da identidade cultural e da memória coletiva⁶. Nas inter-relações entre o urbano, o histórico, a memória social e o patrimônio se dá a construção dos lugares, a qual não se encerra, em um dinamismo no qual a memória coletiva e o patrimônio cultural se constituem e se destacam, já que um lugar é onde os indivíduos deixam as marcas de sua passagem e os lugares da memória concentram intensa carga afetiva e organizam de modo significativa a cidade⁷. Constitui-se, assim, a memória pela qual as sociedades podem atualizar impressões ou informações passadas, ou representadas como passadas e mesmo fornecendo à memória coletiva das nações os monumentos de lembrança⁸.

Nas possíveis articulações entre patrimônio histórico e memória, um dos fatores que pode ganhar relevância está vinculado à arte estatuária. As estátuas são monumentos erguidos em nome da recordação de personagens e/ou processos históricos junto à memória coletiva, e o seu maior intento constitui a perpetuação em pedra ou metal daquele ou daquilo que se deseja lembrar. Normalmente, a ideia fundamental é a da rememoração histórica, de maneira que os “feitos” do passado possam vir a inspirar as gerações futuras, normalmente através de exemplos de moral, civismo e/ou fé patriótica, mas tais manifestações artístico-culturais podem ser estudadas de maneira

5 MUMFORD, Lewis. *A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas*. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991. p. 605.

6 CUÉLLAR, Javier Pérez de. *Nossa diversidade criadora – Relatório da Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento*. Campinas: Papirus; Brasília: Ministério da Cultura/UNESCO, 1997. p. 231 e 269.

7 ESTANISLAU, Lídia Avelar. O papel do Estado democrático na proteção dos lugares de memórias. In: *A CONSTRUÇÃO DA CIDADE*. Brasília: Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico do Distrito Federal, 1998. p. 65-66.

8 LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 3. ed. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1994. p. 423 e 464.

bem mais ampla, vinculadas à perspectiva de uma história-processo⁹. Nesse sentido, a arte estatutária possui um sentido e um alcance tamanhos, os quais a transformam em um documento de extremo valor para a interpretação dos tempos pretéritos¹⁰. Tal representação artística tem, portanto, forte influência no processo de construção da memória, a qual, por sua vez, é constituída por acontecimentos vividos pessoalmente ou socialmente e pela presença de pessoas ou personagens pertencentes ao mesmo espaço-tempo ou conhecidas indiretamente e, por último, pelos lugares¹¹. Em tais inter-relações, a arte estatutária como fundamento para o ensino da História, pode ser estudada a partir de três pressupostos básicos: o objeto da memória, ou seja, aquele ou aquilo que se desejou perpetuar; a intenção da memória, em uma referência aos intentos daqueles que promoveram a ereção do monumento; e os sentidos da memória, em alusão ao significado contemporâneo das estátuas.

A cidade do Rio Grande, a mais antiga na conjuntura sul-riograndense e por isso mesmo repleta de historicidade, tanto que por muito tempo ficou conhecida pelo epíteto de “cidade histórica”, constitui um terreno extremamente fértil para tais práticas do ensino da História. Cada recanto pelo qual se passa no âmbito citadino pode ter um determinado significado histórico, seja do contexto local, regional, nacional ou até internacional. No que tange às praças públicas, a urbe possui várias, cada qual com sua formação histórica específica e sua representatividade em termos de patrimônio e memória. Um dos tantos aspectos que podem ser estudados em tais praças está vinculado à arte estatutária. Chegando a ser reconhecida como “cidade das estátuas”, a comunidade rio-grandina possui uma significativa quantidade de tal manifestação artístico-cultural e histórica, desde bustos

9 ALVES, Francisco das Neves. Quando as estátuas descem do pedestal – caricatura e estatutária no Rio Grande do Sul: breves relatos históricos. In: *Imprensa, caricatura e historiografia no Rio Grande do Sul: ensaios históricos*. Rio Grande: FURG, 2006. p. 89.

10 DUBBY, George. História social e ideologia das sociedades. In: LE GOFF, Jacques & NORA, Pierre. *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976. p. 136-137.

11 POLLACK, Michael. Memória e identidade social. In: *Estudos históricos*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1992. v. 5. n. 10. p. 201-202.

mais simples até grandes monumentos rebuscados em detalhes, símbolos e significados como a Coluna da Liberdade, primeiro monumento em praça pública em homenagem à proclamação da república e os monumentos erguidos a Bento Gonçalves, Silva Paes e Marcílio Dias. Dentre tais monumentos, um que pode ser abordado exemplificativamente nesta busca de integração entre patrimônio e ensino de História é o erguido em homenagem ao Barão do Rio Branco.

O objeto da memória

O Barão do Rio Branco, diplomata da República Velha, foi um dos personagens mais retratados através da arte estatutuária ao longo do território brasileiro. José Maria da Silva Paranhos Júnior¹² nasceu a 20 de abril de 1845, e era filho do Visconde de Rio Branco, liderança política à época da assinatura da Lei do Ventre Livre. Estudou até 1861 no Imperial Colégio Pedro II, ingressando, no ano seguinte, na Faculdade de Direito de São Paulo, vindo a completar o Curso pela Faculdade de Direito do Recife. Em 1864, iniciava sua carreira de escritor, publicando obra sobre a Guerra da Cisplatina. Ao final dos anos sessenta, viajou por vários países europeus e, em 1867, foi eleito sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Ainda nessa época, atuou como docente de História e Geografia no Colégio Pedro II e foi nomeado promotor público em Friburgo. Foi eleito e reeleito Deputado pela província de Mato Grosso, em 1869, e, pouco depois, acompanhou o pai, como

12 Dados biográficos elaborados a partir de: ANTUNES, Deoclécio de Paranhos. *História do grande chanceler (vida e obra do Barão do Rio Branco)*. Rio de Janeiro: Bloch, 1942.; CARVALHO, Afonso de. *Rio Branco – sua via sua obra*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1995.; CIDADE, F. de Paula. & CORREIA, Jonas. *Barão do Rio Branco*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa e Propaganda, 1941.; D'AMARAL, Márcio Tavares. *Barão do Rio Branco*. São Paulo: Editora Três, 1974.; D'ESPANET, A. *Barão do Rio Branco: notas políticas e biográficas*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1911.; JORGE, Arthur Guimarães de Araújo. *Rio Branco e as fronteiras do Brasil: uma introdução às obras do Barão do Rio Branco*. Brasília: Senado Federal, 1999.; LINS, Álvaro. *Rio Branco (o Barão do Rio Branco) 1845-1912*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1945.; RIO BRANCO, Raul do. *Reminiscências do Barão do Rio Branco*. José Olympio, 1942.; e VIANA FILHO, Luiz. *A vida do Barão do Rio Branco*. 2.ed. São Paulo; Martins, 1967.

secretário da missão formada para tratar da paz com o Paraguai. Em 1875, foi eleito sócio honorário do IHGB e, no ano seguinte, passou a atuar como cônsul em Liverpool, viajando por vários países europeus e, em 1880, recebia o título de Conselheiro da Coroa. No ano de 1888 recebeu o título de Barão e, proclamada a república no Brasil, optou por aceitar a mudança de forma de governo.

A partir de tal transição, apesar das imposições legais contrárias aos títulos nobiliárquicos, Paranhos iria manter a denominação de Barão e passaria a ter ação significativa na política externa da jovem república. Atuou na Questão de Palmas, com a Argentina, obtendo ganho de causa para o Brasil, a partir da intermediação norte-americana, em 1895; na Questão da Ilha da Trindade, em 1895-1896, contra a Inglaterra, sendo reconhecida a posse da ilha para o Brasil, através da mediação portuguesa; e na questão do Amapá, em relação à fronteira com a Guiana Francesa, resultando na vitória brasileira, em 1900, mediante decisão da arbitragem suíça. Em 1902 foi nomeado Ministro das Relações Exteriores, agindo na Questão do Pirara, na fronteira com a Guiana Inglesa, resultando, em 1904, na decisão arbitral italiana, pela divisão do território em litígio; e na Questão do Acre com a Bolívia, encerrada em 1903 e com o Peru, em 1909, com a ampla negociação em torno das terras acreanas adquiridas pelo Brasil. Nessa época foram ajustadas também as fronteiras com a Guiana Holandesa (1906), com a Colômbia (1907) e o Uruguai (1909). Ainda no âmbito internacional, o Brasil organizou a III Conferência Pan-Americana (1906) e, no ano seguinte, participou com êxito da Conferência de Paz em Haia.

A política externa empreendida por Rio Branco foi reflexo da estabilidade interna da república, após os anos iniciais de agitação política e crise econômica. Era o apogeu do modelo oligárquico, calcado na política agroexportadora, notadamente do café e o saneamento das finanças nacionais. Nessa época, ele imprimiu certa autonomia à sua atuação que perpassou quatro administrações presidenciais (Rodrigues Alves, Afonso Pena, Nilo Peçanha e Hermes da Fonseca), vindo a estabelecer uma conduta própria ao Ministério das Relações Exteriores, independente das

transições políticas. Verificando o caráter inexorável da expansão do poderio estadunidense, buscou uma aproximação pragmática com os norte-americanos, a qual viria a ser confundida com alinhamento automático pelos seus sucessores na chancelaria. Tal pragmatismo para com a influência dos Estados Unidos advinha da relevância de tal país em relação à aquisição do café brasileiro e como uma possível aliança diante da histórica desconfiança dos vizinhos sul-americanos e das pretensões imperialistas de algumas das nações europeias, com territórios fronteiriços ao Brasil. Ainda durante a sua gestão, buscou criar mecanismos para demonstrar a relevância brasileira e elevar o seu prestígio no cenário mundial, ampliando as representações nacionais em vários países, organizando e participando de eventos internacionais¹³. Sua gestão à frente das relações exteriores brasileiras só se encerraria com a sua morte, em 10 de fevereiro de 1912.

Dentre os homens públicos que atuaram ao longo da República Velha, o Barão do Rio Branco viria a ter significativo destaque, notadamente pelo tempo que permaneceu atuando. Sua presença junto às páginas dos jornais era constante, o que pode ser constatado por meio da imprensa caricata, chegando sua figura a ser mais estampada até mesmo que alguns dos presidentes da república. Tendo em vista sua ação no que tange às relações exteriores, as caricaturas acompanharam Rio Branco durante toda a sua gestão, ficando demarcada certa exaltação pelos seus serviços prestados ao país e um destaque ao seu porte físico – alto, corpulento, calvo e com enormes bigodes –, fazendo dele um tipo popular entre os caricaturistas [Figuras 1 e 2]. Assim, dentre as representações caricaturais do personagem, houve uma significativa predominância daqueles que lhe foram favoráveis¹⁴. Entre elogios, mais numerosos, e algumas alfinetadas, Rio Branco tornou-se personagem recorrente e popular junto à caricatura

13 Sobre a política exterior à época de Rio Branco, ver: CERVO, Amado Luiz & BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. 2.ed. Brasília: Ed. da UnB, 2002. p. 177-197.; e BURNS, E. Bradford. As relações internacionais do Brasil durante a Primeira República. In: FAUSTO, B. (dir.). *História geral da civilização brasileira: o Brasil Republicano – sociedade e instituições (1889-1930)*. 2.ed. São Paulo: DIFEL, 1978. v. 9. p. 379-399.

14 PEREIRA, Manoel Gomes. Apresentação. In: PORTO, Ângela (org.). *O Barão do Rio Branco e a caricatura: coleção e memória*. Rio de Janeiro: FUNAG, 2012. p. 12.

brasileira, bastando sua representação gráfica ou a utilização da expressão “Barão” para que ele viesse a ser facilmente identificado¹⁵. Dava-se assim, certa popularização da imagem do Barão, cujo rosto passou a ser um dos mais reconhecidos da vida política nacional, retratado em várias circunstâncias, como pode ser demarcado a partir de alguns poucos exemplos¹⁶.

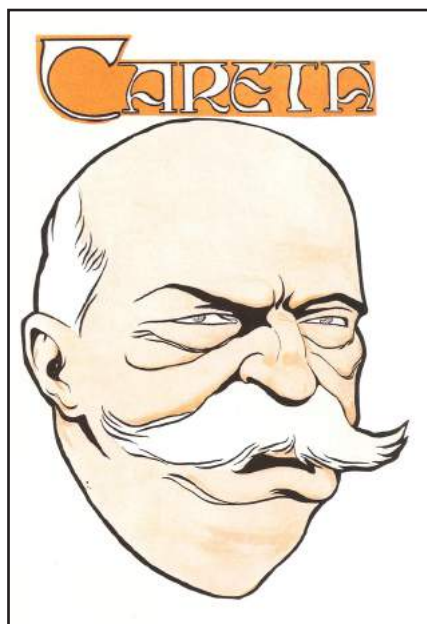


Figura 1 – “O Barão” – J. Carlos, Capa da *Careta* (13 jun. 1908).

15 LIMA, Herman. *História da caricatura no Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1963. p. 293-294

16 Caricaturas extraídas de: LIMA. p. 293-307.; e PORTO, Ângela (org.). *O Barão do Rio Branco e a caricatura: coleção e memória*. Rio de Janeiro: FUNAG, 2012.

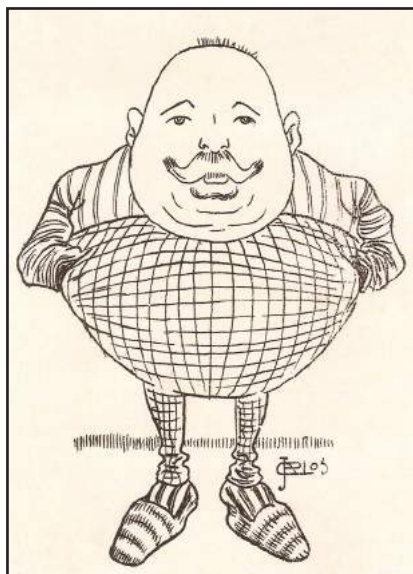


Figura 2 – “Dizem que estou muito inchado com o tratado... Engano, eu sempre fui assim... gorducho” – J. Carlos, *Tagarela* (14 jan. 1904).

Nesse sentido, o diplomata era apresentado, na busca de ressaltar suas virtudes, como o timoneiro da política internacional brasileira, conduzindo-a com mão de ferro, ou ainda recebendo a aclamação popular [Figuras 3 e 4]. A perspectiva da popularidade do Barão era demonstrada também através das maneiras informais e até ecléticas nas quais ele era representando, chegando a ser estampado como um futebolista, na expectativa para chutar uma bola – que simbolizava um diplomata argentino –, contando com a torcida do povo; ou ainda como um halterofilista, que intentava equilibrar o peso da força e da diplomacia nas negociações em torno da posse do Acre [Figuras 5 e 6]. Essa penetração popular chegaria a ser utilizada pelas revistas ilustradas para a realização de propagandas, de modo que a figura de Rio Branco serviria até mesmo para vender pianos, bombons e charutos [Figuras 7 e 8].

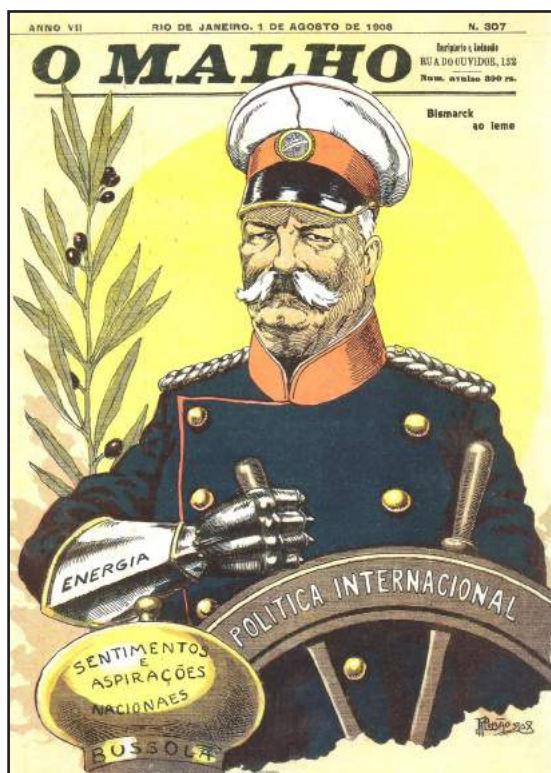


Figura 3 – “Bismarck ao leme. Rio Branco: Tento no leme, que a grita dos jornais argentinos procura desviar-me do rumo!... E, talvez por ironia, talvez por despeito, chamam-me lá o *Chanceler de Ferro*... Pudera! Estavam habituados aos chanceleres de banana!...” – J. R. Lobão, *O Malho* (1º ago. 1908).

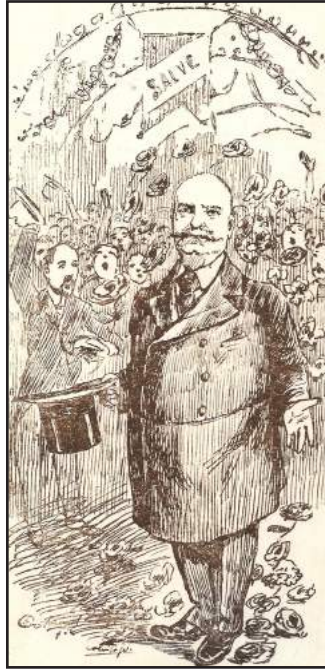


Figura 4 – “O futuro vencedor do Acre: Obrigado meu povo!” – Crispim do Amaral, *O Malho* (6 dez. 1902).

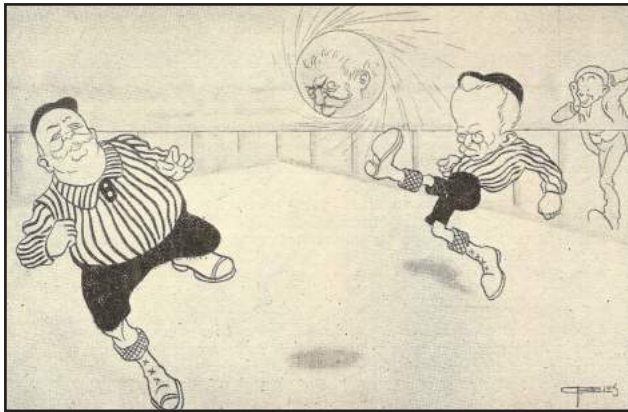


Figura 5 – “Zé-povo: Ai, canelinha de ouro!... Enche!!!!...” – J. Carlos, *Careta* (31 out. 1909).

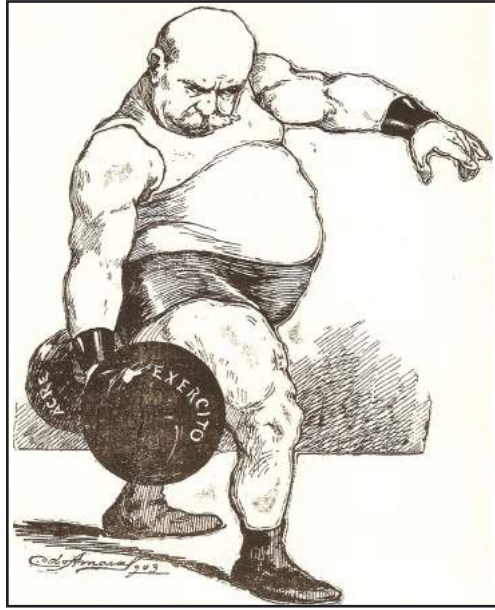


Figura 6 – “Seu Rui! Acuda!...” – Crispim do Amaral, *A Avenida* (22 ago. 1903).

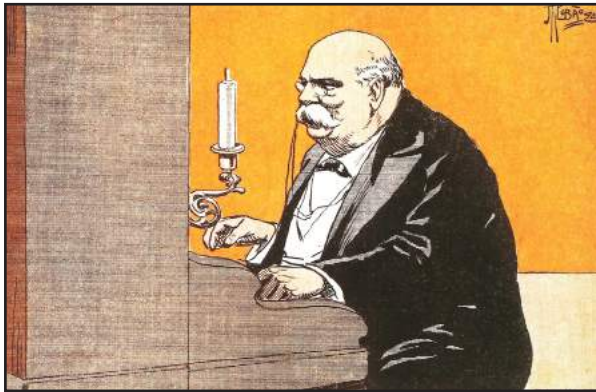


Figura 7 – “Diplomaticamente. Agora que o Zeballos virou de catambrias, posso com mais vigor, certeza e harmonia, tocar o hino da paz... Nada melhor para isso do que o piano Ritter, sem dúvida alguma o melhor e o mais perfeito que se conhece nas boas rodas” – J. R. Lobão, *O Malho* (1º ago. 1908).

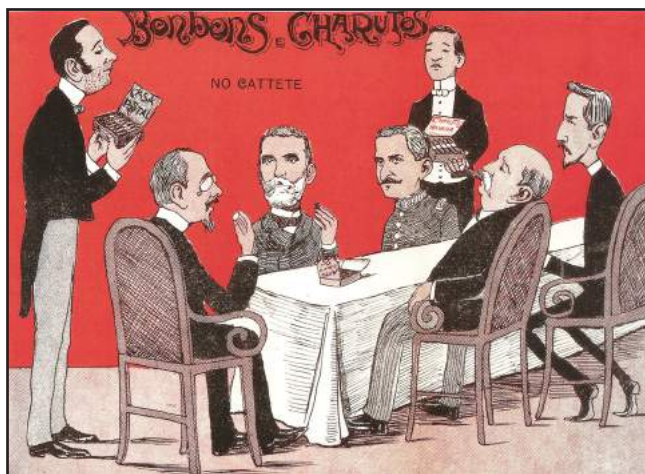


Figura 8 – “Bombons e charutos no Catete. (...) Rio Branco: Bombons... os da Casa Postal! Iguais aos do Bernardo... aqueles que tanto comi quando era pequeno! Hoje gosto mais dos bons charutos de Havana. (...)” – J. Dubois (Alfredo Cândido), *O Malho* (10 dez. 1904).

A própria perspectiva de erguer monumentos estatuários ao Barão do Rio Branco já aparecia simbólica ou literalmente nas páginas das publicações caricatas. Foi o caso de uma gravura que mostrava o busto do personagem recebendo coroas de louros da História e de outros personagens que representavam as questões diplomáticas do Acre, das Missões e do Amapá, atitudes que deveriam compor as páginas da História pátria. Em outra, o Barão era efetivamente transformado em estátua erguida sobre o pedestal do prestígio, contando com a simpatia do povo e pairando acima dos esforços dos políticos e da politicagem, atuando em detrimento de sua imagem. Já como uma homenagem póstuma, Rio Branco apareceria como um verdadeiro marco da nacionalidade e, no lugar mais alto, tinha a bandeira à mão, sendo representado como um anteparo das fronteiras brasileiras, estendendo a outra mão em sinal de parar os interesses estrangeiros, na defesa do território [Figuras 9, 10 e 11]. Essa popularidade viria ainda mais à tona após a morte do

diplomata, de modo que tais representações caricatas em alusão à arte estatuária acabariam por tornar-se realidade em vários lugares do Brasil, inclusive na cidade do Rio Grande.

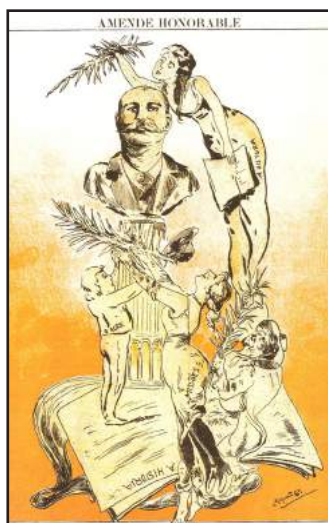


Figura 9 – “*Amende honorable!* Atravessaste as opiniões mais desencontradas e a todas nós procuramos interpretar nas colunas deste semanário. Hoje limitamo-nos a transportar para aqui uma das páginas da História.” – Alfredo Cândido, *A Larva* (11 jan. 1904).

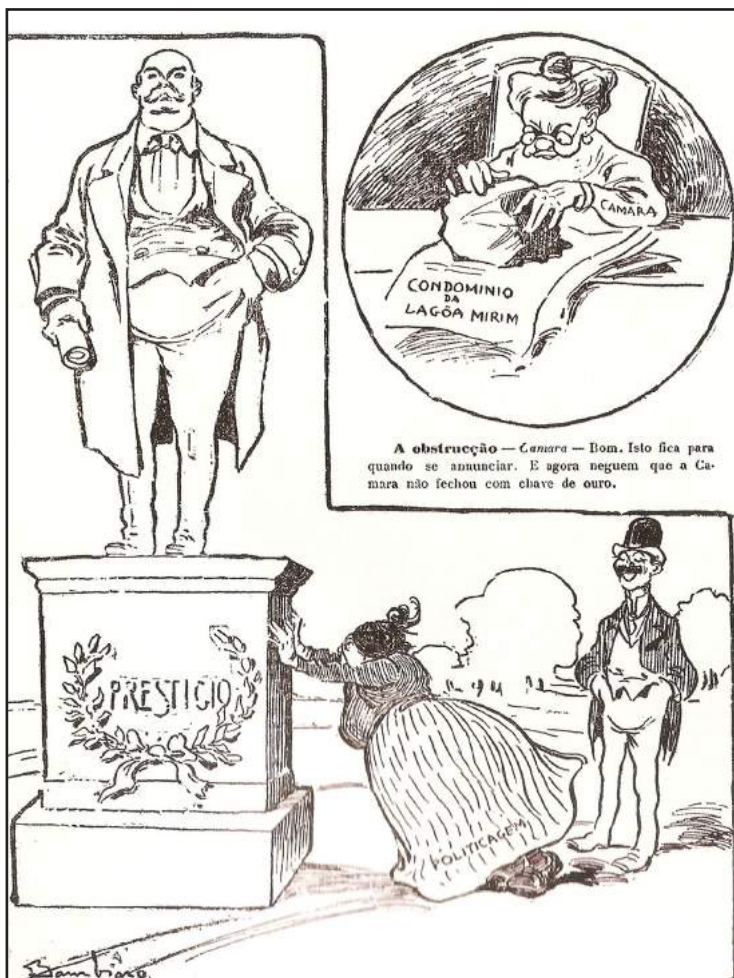


Figura 10 – “A obstrução. Câmara: Bom. Isto fica para quando se anunciar. E agora neguem que a Câmara não fechou com chave de ouro./ Firme. Zé: Qual, madama! É um esforço inútil. Ele está muito firme no seu pedestal...” – Bambino, *Jornal do Brasil* (9 jan. 1910).

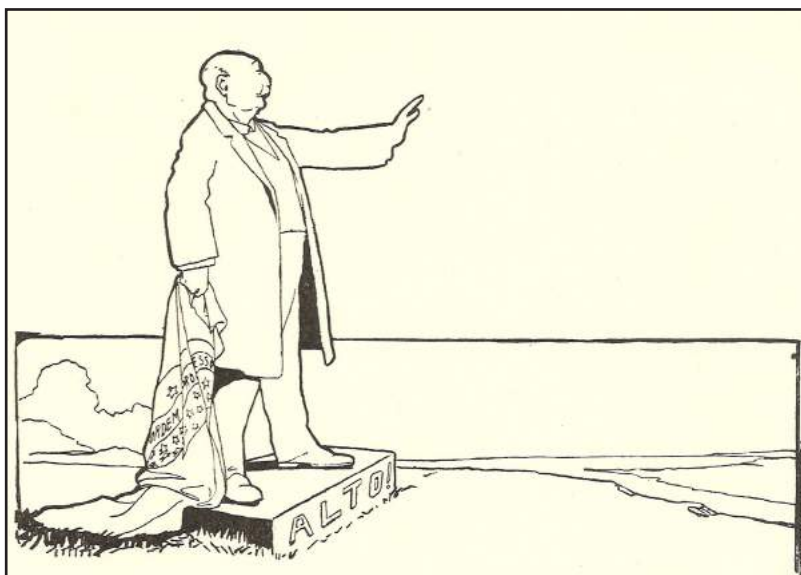


Figura 11 – “Defesa do território. O marco das fronteiras brasileiras” – K. Lixto, *Fon-Fon!* (24 fev. 1912).

A memória por intento

Bem de acordo com a ideia da perpetuação de determinados personagens e/ou acontecimentos junto à memória coletiva através do erguimento de estátuas, o Barão do Rio Branco viria a constituir um dos mais destacados em se tratando da ereção de monumentos em lugares os mais diversos ao longo do território nacional. Além de um incontável número de bustos, diversos foram os frondosos monumentos estatuários erguidos em homenagem ao diplomata, como no caso daqueles das cidades do Rio de Janeiro, do Recife, de Curitiba, de Porto Alegre e de Uruguaiana, apenas para citar algumas poucas. Na mais antiga comunidade sul-rio-grandense tal atitude também ocorreria, surgindo a ideia já à época da morte do chanceler. Projetos foram estabelecidos, comissões formadas e verbas arrecadadas em direção a tal intento que não chegou a ocorrer logo em seguida ao

falecimento, conforme planejado, tendo em vista circunstâncias específicas citadinas e conjunturais como a própria deflagração da I Guerra Mundial. As matérias publicadas pela imprensa rio-grandina constituem um documento essencial para que possam ser vislumbradas as motivações para a edificação do monumento, bem a contento com a perspectiva de que a preservação da memória aparecia por intento central.

Nesse sentido, ainda em 1913, o jornal *Echo do Sul* divulgava que o Rio Grande iria erigir um monumento ao personagem, explicando alguns detalhes da escolha do modelo para a estátua. A publicação rio-grandina noticiava que, no salão nobre do Clube Caixeiral reunira-se a Comissão Central para a escolha do projeto do monumento a ser erigido em memória do Barão do Rio Branco, oportunidade na qual foram discutidas pelos membros da Comissão as várias propostas apresentadas. Destacava a folha que, após o debate foi, por unanimidade, preferido como mais vantajoso pelo lado artístico e econômico, o projeto em maquete de H. Drechsler & Filhos, empresa de Porto Alegre, com as modificações que a Comissão alvitrou, devendo ser lavrado o contrato para a execução da obra. Ficava previsto que o monumento seria de bronze e granito do estado, sendo as peças daquele metal fundidas na Europa, e a maquete definitiva modelada no Rio Grande para ser fiscalizada por representante da Comissão. Uma vez que o custo da obra seria superior aos valores até então arrecadados, a Comissão Central prosseguiria nos seus trabalhos de angariar donativos, esperando que novamente não lhe faltasse o apoio público de que tanto carecia, para o cabal desempenho da sua tarefa cívica¹⁷.

O *Echo do Sul*, para satisfazer a “justa curiosidade pública”, inseria em sua edição os clichês com dois aspectos do monumento projetado [Figura 12] e anunciava que a maquete estaria em exposição no escaparate da Casa Bromberg¹⁸. Na mesma linha, *O Tempo* relatava que ocorrera a reunião da Comissão Central que fora constituída para perpetuar na cidade o nome do Barão do Rio Branco, em um monumento de arte. Referindo-se ao

17 ECHO DO SUL. Rio Grande, 12 ago. 1913. A. 59. N. 182. p. 1.

18 ECHO DO SUL. Rio Grande, 12 ago. 1913. A. 59. N. 182. p. 1.

projeto vencedor, opinava que, no seu conjunto e detalhes, era “soberbo”, de modo que, uma vez executado, ele deveria agradar imensamente. Nesse contexto, descrevia que o “glorioso estadista brasileiro” era representado de pé, em atitude de quem acabara de assinar um tratado, tendo no pedestal uma águia de asas espalmadas, pousada sobre um globo, na parte correspondente à América do Sul, para simbolizar o “gênio forte e tutelar do chanceler”, notadamente em tal continente e no Brasil. A folha escrevia ainda sobre a assinatura do contrato, o local da colocação da estátua e realçava que, como era ainda insuficiente o total de donativos arrecadado, dentro em breve a Comissão Central prosseguiria nos seus trabalhos, apelando mais uma vez para a “nunca desmentida generosidade” do povo rio-grandense¹⁹.

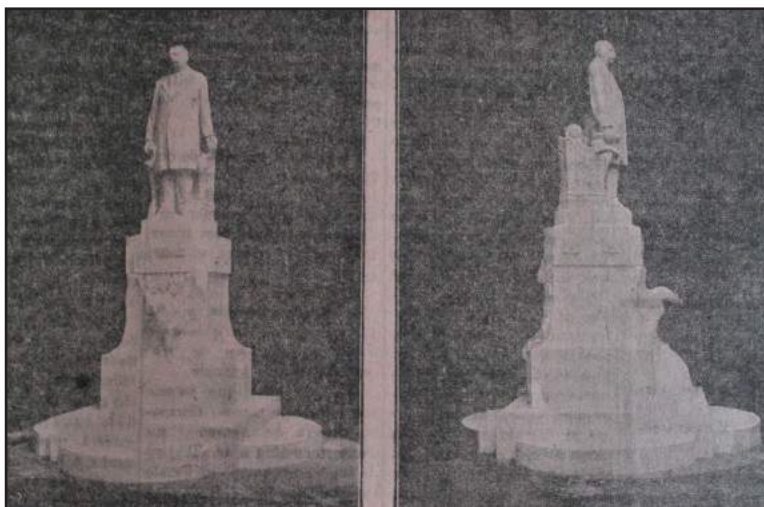


Figura 12 – Fotografias da maquete do monumento publicadas no jornal *Echo do Sul* (12 ago 1913).

Vencidas as dificuldades, a representação estatutária do Barão viria a ser inaugurada no ano de 1925 e, mais uma vez, os

¹⁹ O TEMPO. Rio Grande, 12 ago. 1913. A. 7. N. 182. p. 1-2.

periódicos teriam papel relevante no destaque aos atos inaugurais. O *Echo do Sul* enfatizava que a cidade do Rio Grande iria cumprir o seu dever de gratidão e civismo para com um dos maiores vultos da História Pátria, José da Silva Paranhos, o Barão do Rio Branco. Segundo a folha, dessa maneira, estaria o povo citadino a prestar uma merecida homenagem, àquele “varão ilustre” que se transformara, para todos os brasileiros “verdadeiramente patriotas, em um “exemplo dignificante de patriotismo”. Bem demarcando a intenção da perpetuação histórica, o diário ressaltava que aquela estátua de bronze erguida na Praça Sete de Setembro serviria para demonstrar às gerações futuras que aquele seria um dos muitos filhos da pátria brasileira que soubera honrá-la e elevá-la, no estrangeiro, “amando-a com verdadeira abnegação”²⁰.

O *Echo* informava ainda que o ato da inauguração se revestiria de toda a solenidade, com a presença de autoridades civis, militares e eclesiásticas. Enfatizava que viria da cidade vizinha de Pelotas uma companhia de guerra, com sua respectiva banda musical, para formar a guarda de honra juntamente com o contingente auxiliar da Brigada Militar da urbe portuária, e uma companhia do Ginásio Lemos Júnior, havendo a formação dos novos reservistas, aos quais seriam entregues, após a inauguração, as respectivas cadernetas. Segundo a folha, durante a solenidade, seriam também distribuídos aos presentes retratos do Barão do Rio Branco. Ainda a respeito da inauguração, o jornal afirmava que a Comissão promotora havia dirigido telegramas ao presidente do Rio Grande do Sul, Borges de Medeiros, e ao comandante da Região Militar, Andrade Neves. Para ilustrar a matéria, o periódico estampava um retrato do homenageado²¹ [Figura 13].

20 ECHO DO SUL. Rio Grande, 7 fev. 1925. A. 71. N. 31. p. 1.

21 ECHO DO SUL. Rio Grande, 7 fev. 1925. A. 71. N. 31. p. 1.

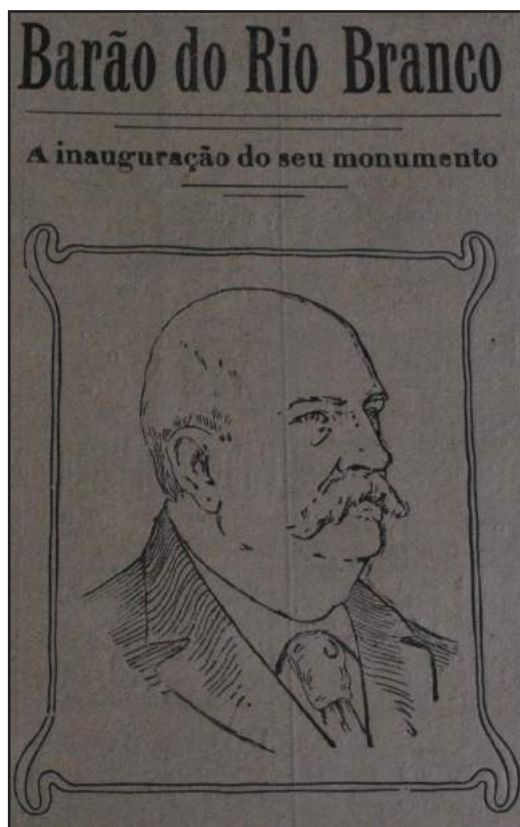


Figura 13 – Gravura publicada na primeira página do *Echo do Sul* (7 fev. 1925).

O mesmo jornal informava sobre a presença na cidade, para o ato inaugural, de Franco Ferreira, representando o comandante da Região Militar. Descrevia ainda que a Comissão responsável pela solenidade solicitara ao comércio que houvesse o fechamento das portas às 16 horas, para que maior público comparecesse à inauguração, o que era considerado muito justo pela folha, tendo em vista que assim todos poderiam assistir àquela “homenagem de gratidão e civismo”. Informava também que, por motivo de força maior, não seriam entregues aos reservistas do Tiro de Guerra N° 1, suas respectivas cadernetas. A seguir, o *Echo* publicava alguns

“rápidos traços biográficos” do homenageado, enfatizando que o mesmo desempenhara as mais importantes missões diplomáticas, ocupando a pasta das Relações Exteriores, na qual deixara um “nome invejável”, sendo “memoráveis as conquistas do direito de sua iniciativa”²².

Eram destacadas também pelo periódico as ações do diplomata nas questões de Palmas, do Amapá e do Acre, fazendo referências também à ação intelectual do Barão do Rio Branco, a partir da autoria de “notáveis estudos históricos” e um “magistral resumo” da História do Paraguai. A publicação rio-grandina explicava também como fora resolvida a edificação do monumento, destacando que poucos dias após o falecimento do homenageado, reunira-se uma comissão que, após várias trocas de ideias, resolvera pela ereção de uma erma à memória do Barão do Rio Branco, sendo, posteriormente mudado o plano para o erguimento de um monumento. Informava que à época foram formadas várias comissões, uma central, e outras para angariar donativos, para estudar o projeto do monumento e escolher o local onde deveria ser levantado e para a organização de festas. A maior parte dos membros dos referidos comitês era formada por militares, autoridades públicas e empresários²³.

O jornal *Rio Grande* foi outra folha rio-grandina que noticiou os atos inaugurais. Antes mesmo de referir-se à ereção do monumento, o periódico já intentava prestar um “culto cívico” à memória do homenageado. O periódico dizia em seu editorial que mais um ano se passaria da “data dolorosa e triste” na qual desaparecera do número dos vivos o “vulto gigantesco e extraordinário” do “estadista eminente” e “patriota incomparável” que fora José Maria da Silva Paranhos, o “inolvidável” Barão do Rio Branco. A folha exclamava que naquela data, por todos os recantos da pátria, desde as verdes campinas sulinas até os sertões do nordeste e as florestas do Amazonas, ecoara a “trágica nova” de que não pulsava mais aquele “coração generoso” que tanto soubera amar a “gleba querida” de sua terra natal. Seguindo tal linha de pensamento, a publicação afirmava que treze

22 ECHO DO SUL. Rio Grande, 9 fev. 1925. A. 71. N. 32. p. 1.

23 ECHO DO SUL. Rio Grande, 9 fev. 1925. A. 71. N. 32. p. 1.

longos anos separavam a contemporaneidade daquele “lutuoso acontecimento” que viera a ferir o Brasil no “mais caro dos seus afetos”, roubando-lhe o “filho dileto e estremecido”, cuja vida fora toda ela um “rosário interminável” de “dedicados, inteligentes e assinalados serviços” pela segurança da integridade pátria, pela “intangibilidade da honra nacional”, pela elevação do “renome” brasileiro no estrangeiro e pelo progresso, desenvolvimento e bem-estar da pátria²⁴.

Mantendo a perspectiva do enaltecimento, o *Rio Grande* se referia ao “posto espinhoso” de Rio Branco como chanceler, afirmando que seria longo e quase impossível enumerar uma a uma todas as “grandes conquistas do excelso brasileiro”, que passara “à posteridade, justamente havido” como o “obreiro da confraternização sul-americana”, o “libertador econômico da república” e o “consolidador do patrimônio territorial” brasileiro. Diante disso, a folha argumentava que seriam necessários apenas alguns breves exemplos, dentre os “inúmeros importantíssimos problemas” nos quais a diplomacia brasileira triunfara pelo “gênio fulgurante” de Rio Branco, de modo a aureolar o nome do “extraordinário patriota”, fazendo-o “ingressar na imortalidade”, escolhendo, para tanto, as questões do Amapá e de Palmas. De acordo com o jornal, sem “o mais ligeiro estremecimento”, sem que necessário fosse disparar um único tiro ou derramar uma só gota de sangue, o “eminente chanceler” solucionara “pacífica e honrosamente” as duas seculares questões que vinham desde muito ameaçando a “atmosfera de paz” vivida pelos brasileiros²⁵.

O jornal rio-grandino citava ainda a negociação das fronteiras brasileiras com a Bolívia e o Peru, nas quais teria sido incorporado ao “patrimônio nacional” um território maior do que vários países europeus. Nesse sentido, afirmava que nada mais parecia necessário acrescentar para a “glorificação do eminente patrício” e para que o seu nome vivesse, “como uma legenda”, no coração de todos os “verdadeiros brasileiros”. Lançando um olhar crítico sobre a conjuntura de contestação às instituições nacionais, típicas da crise dos anos vinte, o periódico

24 RIO GRANDE. Rio Grande, 9 fev. 1925. A. 12. N. 58. p. 1.

25 RIO GRANDE. Rio Grande, 9 fev. 1925. A. 12. N. 58. p. 1.

dizia ser reconfortante que, em uma época na qual “as paixões tudo destruíam, aniquilavam e amortalhavam”, o “sentimento patriótico” não adormecera e a “memória sacrossanta” de Rio Branco continuaria a ser “cultuada com verdadeiro carinho” no coração de todos que não eram alheios aos destinos da pátria²⁶.

Prosseguindo no tom exortativo, o *Rio Grande* declarava que Rio Branco não morreria, porque se o seu “corpo de gigante” desaparecera no segredo de um túmulo, a sua “memória rediviva” continuaria no “culto das gerações” que o sucederam, como um “fanal, apontando a todos o caminho do dever, da dignidade e do patriotismo”. Ainda em referência aos movimentos rebeldes que sacudiam o *status quo* nacional, a folha dizia-se reconfortada por ver que, na “época triste” atravessada, na qual surgiam tantos “brasileiros indignos”, que se batiam pela “desagregação física e moral” da pátria, ainda não se olvidara “a gratidão” que todos deviam para com o estadista classificado como “nome tutelar” da integridade nacional. Após todo o introito de exaltação, o periódico anunciava que a cidade do Rio Grande, a qual teria merecido do diplomata, “por motivos particulares, especial atenção”, daria, na data que assinalava o “doloroso passamento” do “inolvidável brasileiro”, um “exemplo edificante” dos “sentimentos cívicos do seu povo”, inaugurando em um dos seus “aprazíveis logradouros públicos”, o monumento que perpetuaria no bronze, a memória daquele que seria tido como o “maior dos brasileiros”, o “príncipe dos estadistas” e a “verdadeira encarnação do patriotismo”²⁷.

O Tempo foi outra publicação rio-grandina que deu destaque à inauguração da estátua do diplomata. Já na primeira página era apresentado um convite da comissão promotora do monumento ao “benemérito brasileiro” Barão do Rio Branco, voltado às autoridades civis, militares e eclesiásticas, ao corpo consular, às associações, à imprensa e à população em geral, invocando todos a assistirem a inauguração solene e informando que não haveria convites especiais afora aquele publicado junto à imprensa. O jornal também editaria matéria sobre o ato, ressaltando que aquele monumento constituía uma “viva afirmação do civismo”

26 RIO GRANDE. Rio Grande, 9 fev. 1925. A. 12. N. 58. p. 1.

27 RIO GRANDE. Rio Grande, 9 fev. 1925. A. 12. N. 58. p. 1.

dos rio-grandinos, por prestarem “a mais lídima homenagem” à memória de um “grande brasileiro”, perpetuando no bronze a sua “recordação patriótica”. O homenageado era descrito como “insigne diplomata e estadista”, sendo feitas referências às suas “vitórias diplomáticas”, com ênfase à quantidade de quilômetros em que fora aumentado o território brasileiro e à ação do “eminente patricio” como chanceler, papel que teria exercido com “sumo brilho” até a sua morte, em um período assinalado pelo término das questões de limites e por tratados de arbitramento firmados com quase todas as nações da América e da Europa²⁸.

De acordo com *O Tempo*, a popularidade de Rio Branco passara as fronteiras do Brasil, derramando-se pelos territórios das repúblicas vizinhas, além do que, quando faleceu, sua morte teria sido pranteada por todo o país, tal qual um “cataclismo nacional”. O periódico também traçava breve histórico sobre a ereção do monumento, descrevendo-o em sua composição e destacando que o mesmo representava o chanceler de pé, em posição de quem se ergue da poltrona, com um papel diplomático em uma das mãos, tendo a outra apoiada no braço do assento. A descrição continuava de parte da folha, ressaltando que dos lados, em granito polido, havia em relevo os acontecimentos principais da vida diplomática do homenageado e, na face anterior, aparecia em metade um globo de bronze, com a América do Sul em relevo, estando sobre as fronteiras uma águia, visando a representar “a proteção e a defesa do gênio de Rio Branco”, ao passo que, na face posterior, estava um escudo com a inscrição “Homenagem do povo do Rio Grande ao Barão do Rio Branco”. Tal folha enfatizava ainda que o monumento fora erguido à custa de subscrições populares, auxílios pecuniários do poder público municipal e inúmeras contribuições em serviços e obras, de firmas comerciais e particulares cidadinas. O periódico descrevia a inauguração, a qual contaria com orador oficial e presidência do Intendente Municipal, fazendo também alusão à distribuição de retratos do homenageado e ao pedido da comissão para o fechamento do comércio²⁹.

28 O TEMPO. Rio Grande, 10 fev. 1925. A. 19. N. 59. p. 1.

29 O TEMPO. Rio Grande, 10 fev. 1925. A. 19. N. 59. p. 1.

Uma vez realizada a cerimônia inaugural, os jornais rio-grandinos continuaram a divulgar o evento. Nessa linha, o *Rio Grande* intitulava a notícia da inauguração do monumento como um “culto cívico”, destacando que tal ato teria constituído um “novo testemunho” dos “elevados sentimentos cívicos” do povo rio-grandino e do seu “verdadeiro patriotismo” revelado no “culto à memória” dos “grandes vultos da pátria”. A folha considerava que a população citadina tinha ainda aquela “mesma veneração de sempre” pela memória do “grande patriota e extraordinário diplomata”. O jornal informava que à solenidade comparecera significativo público, referindo-se a uma grande romaria de pessoas e à multidão presente e descreveu minuciosamente os atos, com o descerramento do monumento, discursos, execução de músicas, depósito de coroas de louros e foguetório. Segundo o periódico, em meio às manifestações dos oradores, prevaleceram aquelas que enalteciam a “obra gigantesca do eminente” Rio Branco e a “série interminável de relevantes serviços” por ele prestados “à causa da segurança, da integridade, da paz e da grandeza nacional”³⁰.

Mas a publicação rio-grandina não deixava de fazer alusão aos discursos que se referiam à complexa conjuntura política de então, como o que invocava a memória daquele “vulto gigantesco” que ali se perpetuava, para que não desamparasse os brasileiros naquele “instante de luto e de dor”, no qual “ambições desmedidas e despeito incontidos” estariam a perturbar o sossego e a tranquilidade nacional. Outra manifestação também invocara, naquele “momento doloroso de lutas intestinas e impatrióticas” a “memória sagrada” de Rio Branco, cuja vida teria sido “toda ela consagrada” ao “trabalho grandioso da paz e do progresso do Brasil”. O jornal descrevia ainda o encerramento do evento, concluindo que ali fora rendido um “preito de gratidão” ao “inolvidável brasileiro” que tanto teria sabido “amar e servir à sua pátria”, de parte de um povo que cumprira o seu “dever de gratidão” para com o “imortal chanceler”. Segundo a folha, o dever estava cumprido e a memória de Rio Branco ficava ali perpetuada no bronze, na forma de uma estátua que serviria como

30 RIO GRANDE. Rio Grande, 11 fev. 1925. A. 12. N. 60. p. 2.

um “marco milenário”, a atestar “bem alto” os “sentimentos cívicos” do povo e o seu “reconhecimento eterno” ao “glorioso Rio Branco”³¹.

O *Echo do Sul* também viria a noticiar os acontecimentos em relação ao ato inaugural, descrevendo que, muito antes da hora marcada, o recinto já se encontrava repleto de famílias, altas autoridades civis, militares e eclesiásticas, imprensa e grande número de populares. A folha narrava ainda que a estátua estava coberta com um grande pano listrado de verde e amarelo ofertado pela Fábrica Ítalo-Brasileira, sendo a mesma descerrada pelo Intendente Municipal, sob o som do hino nacional. Segundo o jornal, as peças oratórias proferidas teriam prendido a atenção da assistência e arrancado fortes palmas da multidão. Noticiava ainda que os representantes consulares de Argentina e Uruguai depositaram coroas com “expressivas dedicatórias” ao pé do monumento, que vários registros fotográficos foram realizados, que entre os presentes foram distribuídos milhares de cartões postais com a efígie do Barão do Rio Branco e que, após a inauguração, houve passeata pelas ruas, com desfile militar, ao som de “magnífica orquestra”, demarcando o impacto do evento³².

Como que em conclusão aqueles atos solenes, o *Rio Grande* publicaria mais uma matéria editorial sobre Rio Branco, salientando que a “cerimonia glorificadora” na cidade do Rio Grande fora um atestado a mais de uma “verdade axiomática”, ou seja, havia personalidades para quem a “justiça da história” começava a falar na palavra e na consciência dos contemporâneos. O jornal destacava o erguimento da estátua do “excelso cidadão”, sobre o qual haviam caído as “flores da gratidão comovida dos patrícios”, enaltecendo a partir da “apoteose coletiva”, os “méritos do extraordinário conquistador” que, sem armas, “agigantou” a pátria em “opulência territorial” e “respeitosa admiração” dos povos. Considerava que a significativa assistência à inauguração presenciara a evocação de um período “dos mais fulgurantes da história nacional”, caracterizado pela “luminosa obra do

31 RIO GRANDE. Rio Grande, 11 fev. 1925. A. 12. N. 60. p. 2.

32 ECHO DO SUL. Rio Grande, 11 fev. 1925. A. 71. N. 34. p. 2.

patriota” e do “homem superior”, cujos “séculos de civilização” do porvir poderiam “tomar como paradigma da aspiração da paz e da fraternidade humanas”. O jornal mais uma vez fazia alusão às questões diplomáticas nas quais Rio Branco fora “vencedor”, elevando o seu “acervo de conquistas” e levando em frente sua “tarefa sem par de traçar as fronteiras da sua terra”, com “trabalho e inteligência” e sendo “persuasivo e confiante”. Especificamente a respeito das fronteiras sulinas, o periódico exclamava que o diplomata não fechara a sua carreira pública, sem firmar outra “obra de reparação internacional” que o elevara, “honrando o espírito superior” que o distinguiu. Era uma referência ao tratado demarcatório das fronteiras entre o Brasil e o Uruguai, considerado como o “fecho de ouro” na “cadeia de vitórias” que o “gênio imortal” do chanceler batalhara e vencera³³.

A ação diplomática de Rio Branco na fronteira extremo-meridional brasileira era vista pelo jornal como prova de seu “anseio de concórdia” e “pacífica atividade” com a qual modelara todas as “suas realizações”. Segundo o *Rio Grande*, o chanceler era um “amigo da paz”, que “amava muito o seu país”, mas não esquecia a “finalidade fraternal” que traçara na sua vida de diplomata. Nesse sentido, considerava que, ninguém como ele pugnara por aquele ideal, dando mostras dos seus “sentimentos humanísticos”, de modo que o seu quase meio século de atividade política constituía o “fastígio da história diplomática do Brasil”, bem como um período “sem semelhanças”, no qual o país readquirira uma enorme extensão geográfica, “sem lutas, sem mortes e sem sangue”. Na mesma linha, a publicação rio-grandina dizia que, naqueles anos vinte, nos quais os povos encontravam ainda na guerra o meio de dirimir os seus litígios, os brasileiros poderiam recordar “com orgulho” aquele pedaço da sua história, no qual a “mentalidade nova da América” viera “beber ensinamentos” a partir da diplomacia brasileira. Finalmente, a folha exaltava as “expansões de patriotismo jubiloso”, através das quais se lançara “bênçãos sem conta” sobre a memória de Rio Branco, a qual deveria “ser sagrada”, por tratar-se de um nome “tão límpido, tão cascadeante aos ouvidos e tão vivo aos sentidos”

33 RIO GRANDE. *Rio Grande*, 12 fev. 1925. A. 12. N. 61. p. 1.

dos brasileiros³⁴.

A inauguração do monumento ao Barão do Rio Branco e sua alocação em uma praça que passara por uma renovação em suas estruturas representavam o significado daquele espaço público e o papel que a estátua passava a desempenhar em tal cenário, como ficava demarcado nos registros fotográficos de época [Figuras 14 e 15]. O “aformoseamento”, expressão bastante utilizada entre o século XIX e as décadas iniciais da centúria seguinte, da Praça Sete de Setembro, promovido pelas autoridades públicas revelava a intenção de demonstrar que aquele espaço tinha uma função social específica, constituindo também um ponto de confluências das vivências sociais comunitárias e a alocação do monumento em tal lugar passaria a ser um ponto alto de tal processo, tanto que a estátua chegou a ser ressaltada como um dos destaques citadinos, vindo a ser publicada a sua fotografia em um dos Relatórios Municipais³⁵ [Figura 16].



Figura 14 – Registro fotográfico do ato inaugural da Estátua de Rio Branco – acervo da Biblioteca Rio-Grandense

34 RIO GRANDE. Rio Grande, 12 fev. 1925. A. 12. N. 61. p. 1.

35 INTENDÊNCIA MUNICIPAL DO RIO GRANDE. Relatório do Eng. João Fernandes Moreira – Intendente do Município, apresentado ao Conselho Municipal em sessão de 1º de setembro de 1927 e correspondente ao exercício de 1926. Rio Grande: Oficinas do *Rio Grande*, 1927. p. 44-45.



Figura 15 – Fotografia da estátua recém-inaugurada – acevo da Biblioteca Rio-Grandense



Figura 16 – Fotografia publicada no Relatório Municipal de 1926

Assim, em linhas gerais, a edificação da estátua e o estabelecimento do Barão do Rio Branco como alvo para a tentativa de edificação de uma memória coletiva em torno de sua figura levaram em conta a glorificação e o heroicizar dos “grandes vultos”, bem de acordo com os padrões daquele início de século e em conformidade com a maior parte das biografias estabelecidas acerca do personagem. Nesse sentido, um de seus biógrafos referia-se ao ato de imortalizá-lo, sendo necessário da parte de todos tornar, para com ele, insolvável a “dívida de gratidão de sua pátria”, o que seria feito, com “absoluta justiça”, considerando-o como o “mais abalizado diplomata da América do Sul” e um dos “mais eminentes estadistas do Universo”³⁶. Já outro, se referia a “todos eminentes serviços em defesa dos interesses eternos do Brasil”, realizados pelo Barão, que estariam “para sempre incorporados ao patrimônio moral da nação” e

³⁶ D'ESPANET. p. 4-5.

identificados com o seu “próprio destino histórico”, destacando ainda que Rio Branco estava “consagrado pelo culto dos seus contemporâneos” e deveria sobreviver na memória dos vindouros como um dos “mais gloriosos obreiros da grandeza do Brasil”³⁷. Outro ainda, ao descrever os funerais do chanceler, ressaltava a ampla participação e comoção popular, qualificando-a como a manifestação da “gratidão nacional” e quanto à música executada durante o féretro, apontava que a mais merecida seria *Crepúsculo dos deuses*, pois essa “melhor condizia com o herói”³⁸. Esse sentido sobre-humano e heroico, calcado em ações supostamente de abnegação, altruísmo e desprendimento eram as predominantes à época do erguimento da estátua, constituindo pressupostos que perderiam significado com o passar do tempo, bem como o próprio monumento viria a passar por um processo de esquecimento.

A memória esvaecida, o sentido do patrimônio e as potencialidades quanto ao ensino de História

No cenário da arte estatuária rio-grandina, alguns dos monumentos ainda são revisitados em termos de memória, ao menos de uma maneira sazonal. São os casos dos dedicados a Bento Gonçalves, que conta com intensa vigília à época das comemorações da Semana Farroupilha; a Silva Paes, em cuja frente ocorrem as solenidades de aniversário da cidade; e a Marcílio Dias, alvo das celebrações em torno do Dia do Marinheiro. Outros, entretanto, têm sido condenados a um inclemente esquecimento, como é o caso da Coluna da Liberdade, perdida entre as copas das árvores e os prédios que tiraram sua magnitude e o próprio monumento ao Barão do Rio Branco, que permanece alocado em posição central na Praça Sete de Setembro, a qual, por muito tempo, ficou demarcada como uma zona de vulnerabilidade e marginalidade social, passando por uma certa recuperação só bem mais recentemente. Assim, há a necessidade

37 JORGE. p. 158.

38 VIANA FILHO. p. 490.

de uma reincorporação da estátua ao Barão do Rio Branco como um significativo componente do patrimônio histórico e cultural rio-grandino e, a partir daí, uma reintegração do monumento ao conjunto da memória social cidadina.

Não se trata obviamente de uma retomada do espírito da época da idealização e do erguimento da estátua, pois a perspectiva de mitificar e heroificar personagens já há muito deixou de fazer parte das abordagens históricas. A ideia geral deve estar ligada à valorização da população em geral quanto ao seu patrimônio e, especificamente, à utilização do monumento como mote para o ensino da História junto ao público estudantil. Tal monumento é fruto da época em que foi edificado, mas também dos tempos que se seguiram em relação ao do seu sentido (ou à falta dele) para a sociedade. O patrimônio cultural está ligado também às tradições, e tanto aquelas que são herdadas do fundo dos tempos, numa linha de transmissão contínua, ou as que são inventadas num determinado momento histórico para dar uma sensação de passado longínquo, monumental e ritualizado para as próprias sociedades que as inventaram. Nesse sentido, as tradições, mesmo as inventadas, são forças socioculturais importantes na medida em que geram crenças, identidades, imaginários históricos e cultos ao passado. Nessa linha, o patrimônio pode servir para conhecer o processo histórico que lhe deu origem ou *para congelar o passado* na forma de explicações prontas e acabadas, de modo que o fundamental é que o professor trate-o como algo vivo e pulsante que pode dizer muita coisa às pessoas, ou seja, o presente quer que o passado diga alguma coisa e o ensino pode ajudar a compreender, criticamente, por que as sociedades têm necessidade de história e “demanda de passado”³⁹.

Nesse contexto, um processo de construção a respeito de memórias, de histórias e de construção de um determinado patrimônio deve levar em consideração a obtenção da cidadania plena e da pluralidade cultural e nada melhor que tais conquistas possam ser propiciadas através do ensino da História. De acordo com tal perspectiva, o patrimônio histórico, por ser uma produção cultural, encerra em si características que favorecem e facilitam a

39 NAPOLITANO. p. 85-86.

relação ensino/aprendizagem por parte de quem o utiliza e por parte daqueles que o usam como fonte documental para a obtenção de conhecimentos a respeito de uma determinada época e de determinadas condições socioeconômicas. E tal processo pode ser promovido mesmo nos lugares onde possam ser encontrados esquecimentos ou lapsos de memória⁴⁰. A partir de tais premissas, podem ser estabelecidas várias perspectivas para ensinar História em praça pública e, especificamente, no que tange ao entorno do monumento ao Barão do Rio Branco.

O professor/pesquisador será o mais indicado para verificar os alcances e limites em relação a esse tipo de trabalho, observando as aptidões analíticas, interpretativas e de abstração de seus alunos. Um dos pontos fundamentais que podem ser trabalhado se refere exatamente à ideia original do erguimento da estátua, verificando as tendências ligadas à criação de mitos e heróis e a busca pela perpetuação junto à memória na forma de monumento. Os estudantes poderão observar que tais formas de abordagem estão ligadas especificamente a um passado que já data de praticamente um século e que, apesar de ainda estarem presentes no discurso do senso comum, já não fazem mais parte dos estudos de cunho histórico. Dessa maneira, a valorização da estátua como fator motivador do ensino da História não mais se apega ao personagem retratado em si, mas sim ao contexto histórico que ele representa.

Através do monumento ao Barão do Rio Branco, torna-se possível um amplo estudo sobre a formação republicana brasileira, o apogeu da República Velha, a estabilização do regime oligárquico e a afirmação do modelo do “café com leite”, com a supremacia das oligarquias centrais paulista e mineira. O processo de legitimação das fronteiras nacionais é outro tópico concernente a tais estudos, bem como o projeto de realocação do Brasil no cenário internacional, com o intento de uma revalorização do país nas relações internacionais. Ainda podem ser estudadas as tendências de harmonização pan-americana e a sobrevivência das rivalidades com os vizinhos sul-americanos. Também pode ser alvo da abordagem histórica a correspondência

40 OLIVEIRA. p. 98.

entre a política interna e a externa brasileira à época de Rio Branco, ou seja, a estabilidade política calcada no padrão agroexportador, notadamente através do astro-rei da economia nacional vinculado à produção cafeeira. Os próprios elementos constitutivos que compõem a estátua também podem ser analisados.

O monumento ainda está lá significativamente próximo à época em que foi edificado. Os postes de iluminação originais e o canteiro que o contornava foram retirados e a estátua é alvo constante de pichações, recorrentemente removidas, para mais uma vez virem a atingir o conjunto estatuário. O Barão fixado em pé sobre o pedestal, com sua função universal de suporte da glória ou de manifestação de grandeza, permanece com o documento diplomático à mão em alusão à função desempenhada, enquanto a outra mão repousa sobre a cadeira ministerial que ocupou por uma década inteira à frente das relações exteriores nacionais. Às costas da cadeira aparece a coroa de louros, intentando simbolizar o caráter transcendente de uma realização qualquer bem-sucedida do diplomata em suas lides, ou seja, a coroa é a recompensa de uma prova e uma promessa de vida imortal⁴¹, bem como é um signo visível de um sucesso, de um coroamento, que passa do ato ao sujeito criador da ação⁴². O personagem tem a sua face voltada para o sul, em uma referência à fronteira meridional do Brasil com o Uruguai, fruto de extremados conflitos que atravessaram os séculos e os períodos colonial, imperial e republicano. Ao contrário do que mostravam as fotografias e as caricaturas da época, o Barão, ao invés da figura rechonchuda, foi representado em um forma até certo ponto esguia, demarcada apesar do uso de alinhado sobretudo [Figuras 17 e 18].

41 CHEVALIER, Jean & GHEERBRANT, Alain. *Dicionário de símbolos*. 4.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1991. p. 289 e 910.

42 CIRLOT, Juan-Eduardo. *Dicionário de símbolos*. São Paulo: Moraes, 1984. p. 183.



Figura 17 – Vista de frente da estátua



Figura 18 – Vista da parte posterior da estátua

Figuras animais e suas simbologias também fazem parte do monumento. Nos detalhes da cadeira aparecem estilizadas cabeças de leão, com toda a sua significação de poder, soberania e luminosidade e, como o “rei dos animais” terrestres, é o símbolo do senhor natural, possuidor da força e dos princípios. Na parte da frente do monumento, logo abaixo da estátua aparece a figura de uma águia, adornada com ramos de café, em analogia à base da economia nacional, ao passo que o animal representa a “rainha das aves” e aquela que acompanha os maiores deuses e os maiores heróis, constituindo um símbolo da altura, possuindo o ritmo da natureza heroica⁴³. Ao mesmo tempo em que tais animais representam estas características voltadas ao mitificar e ao heroificar, eles também acompanham uma simbologia histórica de servirem de estandarte aos poderosos impérios, desde a antiguidade até a contemporaneidade. Ainda que os promotores do monumento tenham privilegiado o aspecto “heroico e mítico”, é possível fazer ilações junto aos alunos no sentido de demonstrar que tais símbolos zoomórficos estão inevitavelmente atrelados ao imperialismo, sendo possível buscar certas similitudes com as atitudes brasileiras em relação a seus vizinhos, que, se não chegou a ser imperialista propriamente dita, poderia ser caracterizada ao menos como um “sub-imperialismo” na luta pela hegemonia do continente sul-americano [Figuras 19 e 20].



Figura 19 – Detalhe do monumento – cabeças estilizadas de leão nos cimos do espaldar da cadeira

43 CHEVALIER & GHEERBRANT. p. 22 e 538; e CIRLOT. p. 66 e 336.



Figura 20 – Detalhe do monumento – a águia

Outro detalhe se localiza aos pés da águia, próximo à base do monumento, mostrando um meio globo, no qual aparece destacado em relevo o continente sul-americano. Tal figura designa o território sobre o qual se exerce o poder de um personagem⁴⁴, ou seja, designa a ação do diplomata em sua faina pela consolidação das fronteiras brasileiras, o maior país da América do Sul. Mas,

⁴⁴ CHEVALIER & GHEERBRANT. p. 472.

em uma interpretação mais contemporânea, pode representar também o pedaço de terra continental sobre o qual atuou o sub-imperialismo brasileiro. Em cada um dos lados do monumento foram gravadas indicações da atuação diplomática de Rio Branco, mais especificamente quanto às questões de fronteira nas Missões, no Acre e no Amapá, à participação internacional do Brasil em Haia, e dois tópicos que muito interessavam o Rio Grande do Sul com as inscrições Mirim e Jaguarão, em referência direta à fronteira negociada com o Uruguai e o condomínio comum entre os dois países em relação aqueles cursos de água. Um detalhe interessante é que os idealizadores do monumento optaram pela expressão Missões, quando o próprio Barão preferia Palmas, pois esta indicava a pretensão brasileira e aquela, a argentina. Finalmente, na parte de trás, permanece a placa emoldurada da “homenagem do povo do Rio Grande” ao chanceler [Figuras 21, 22, 23 e 24].



Figura 21 – Detalhe do monumento – o globo



Figura 22 – Detalhe do monumento – o continente americano em relevo encravado no globo



Figura 23 – Detalhe do lado esquerdo do monumento



Figura 24 – Detalhe do lado direito do monumento



Figura 25 – Detalhe da parte posterior do monumento

A inserção do monumento ao Barão do Rio Branco como mote para o ensino da História pode partir de um processo de recuperação do próprio conjunto estatuário original, com a permanente limpeza e a recolocação das luminárias originais. Além disso, no entorno da estátua há um amplo espaço, extremamente propício à colocação de painéis explicativos [Figuras 26 e 27]. Tais murais em nada prejudicariam o conjunto do patrimônio da praça e serviriam para corroborar com qualquer explicação histórica necessária tanto ao transeunte quanto aos estudantes. Os painéis poderiam conter tópicos sobre a formação histórica brasileira e mapas representativos das fronteiras nacionais. Poderiam aparecer também caricaturas elaboradas acerca do personagem como as aqui destacadas e tantas outras que, com seu apelo visual e imagético, em muito poderiam complementar a apreensão. Além disso, poderiam aparecer outras representações do Barão, como nos casos das cédulas emitidas ao longo do tempo e na própria moeda de cinquenta centavos, ainda em circulação e com a efigie do personagem, visando demonstrar certa identidade entre o tema estudado e a realidade do estudante [Figura 28]. Nessa linha, sem optar-se pelo recurso do heroicizar o personagem, pode-se utilizar sua figura para um melhor entendimento de uma determinada conjuntura histórica.



Figura 26 – Entorno do monumento – visão pela frente



Figura 27 – Entorno do monumento – visão por trás



Figura 28 – Cédulas antigas e atual moeda de cinquenta centavos com a efígie de Rio Branco

Além disso, apesar das condições de fragilidade social do entorno, há uma certa tendência de recuperação de tal ambiente. Na própria Praça Sete de Setembro, há uma pequena quadra de futebol e uma série de brinquedos como balanços, escorregadores e gangorras nos quais ocorre razoável fluxo de crianças [Figuras 29 e 30], as quais poderiam interagir em maior escala com o monumento. Finalmente, distanciando-se apenas alguns passos de tal espaço público, encontra-se uma das maiores escolas cidadinas, que atende um público estudantil desde os anos iniciais até o ensino médio, todos eles desenvolvendo, em algum momento de suas formações, conteúdos voltados à formação histórica brasileira e que poderiam ter na estátua ao Barão do Rio Branco um interessante fator de estudo e, provavelmente, têm passado por ela, sem dar relevância aquela peça do patrimônio cidadão. Dessa maneira, tal proposta das aulas de História em praça pública que, em um primeiro momento pareceria uma estratégia carregada de simplismo e improvisação, em verdade pode trazer resultados extremamente positivos.



Figura 29 – Brinquedos no entorno do monumento



Figura 30 – Presença de crianças nos brinquedos no entorno do monumento

A conscientização acerca da relevância do patrimônio histórico-cultural tem lugar garantido em tais aulas promovidas junto ao espaço público, de maneira que para o aluno o patrimônio não fique parecendo como algo longínquo, intangível e intocável, mas sim como alguma coisa que está ao alcance de sua visão e até de suas mãos. É apenas um passo possível em direção ao revivificar desse patrimônio, mas com um eficaz público alvo – o estudantil que, geração a geração poderá promover tal consciência, interagindo com a memória social. E tudo isso, com uma simples aula de História em praça pública? Não apenas uma e muito menos como uma ação individual que até poderá trazer resultados, mas tal projeto obterá sucesso garantido à medida que se tornar uma prática coletiva, constante, sistemática, duradoura, e, fundamentalmente, institucional, ou seja, que venha a ter o apoio da escola e do poder público em geral à iniciativa dos docentes⁴⁵. Não se trata de ensinar o “pai nosso ao vigário”, pois,

45 ALVES, Francisco das Neves. Aprendendo História em praça pública – articulações entre patrimônio cultural, ensino de História e turismo. In: *Diversidade, identidades e o*

muito provavelmente, alguns professores já fizeram este tipo de trabalho, até mesmo em relação ao monumento a Rio Branco, de modo que este ensaio está voltado a estimular tais práticas, visando contribuir com alguns subsídios para uma inter-relação cada vez mais plena entre patrimônio, memória e ensino de História.